

EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO PEDAGOGIA DA REBELDIA***FIELD EDUCATION AS PEDAGOGY OF REBELLION***

Cíntia Saydelles da Rosa¹
Jonas Anderson Simões das Neves²
José Guilherme Franco Gonzaga³
Carla Valeria Leonini Crivellaro⁴

Resumo: O presente ensaio versa sobre o lugar da Educação do Campo na desconstrução das concepções que desconsideram a humanidade dos povos do campo, das águas, das florestas e povos originários. Faz uma crítica ao paradigma pedagógico colonizador e ou capitalista do humano/inumano também como forma de expropriação dos direitos, do território e da cultura desses povos. Neste contexto, traz as vivências do Curso de Educação do Campo da Universidade Federal do Pampa, Unipampa, localizada em Dom Pedrito, na Campanha Gaúcha do Rio Grande do Sul, região marcada pela presença de latifúndios e de grande concentração de terras. Busca um percurso dialético com os movimentos sociais e os grupos organizados da região, aprendendo com os mesmos, suas formas de (re)existências e promovendo a abertura dos espaços acadêmicos, para que esses conhecimentos possam ser apresentados pelos seus construtores e apreendidos pela academia. Procura na Pedagogia da Rebelia, que tem como princípio a valorização e humanização desses sujeitos, o reconhecimento de suas formas de viver, ser e estar no mundo, inspirando a construção de ações educativas que se contraponham ao agronegócio e ao capitalismo. Neste sentido, algumas ações são promovidas pelo curso, com destaque aos Encontros Internacionais dos Povos do

¹Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Maria (2007) e mestrado em Ciências Biológicas (Bioquímica Toxicológica) pela Universidade Federal de Santa Maria (2010). Atua como Técnica administrativa em Educação, no cargo de técnica de Laboratório, na Universidade Federal do Pampa.

²Possui graduação em História-Bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande (2004); Especialização em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas (2006); Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009); Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2013) e realizou estágio de Pós-Doutorado em Desenvolvimento Rural, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2013).

³Professor Adjunto na Universidade Federal do Pampa, é Doutor em Educação, pela Universidade Federal Fluminense, com Doutorado Sanduiche pela Universidade de Coimbra em Portugal, financiado pela CAPES.

⁴Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa - Unipampa, no curso de Licenciatura em Educação do Campo. Possui Doutorado em Educação em Ciências (2013), Mestrado em Educação Ambiental (2001) e graduação em Geografia Licenciatura Plena (1991), todos pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

Campo e a criação do Conselho Comunitário, projetando assim um novo futuro quando estabelece o vínculo essencial entre formação humana e a produção material da existência numa matriz formativa agroecológica.

Palavras-chave: Educação do Campo. Movimentos Sociais. Pedagogia da Rebeldia. Povos e comunidades tradicionais do campo.

Abstract: This essay deals with the role of Field Education in the deconstruction of conceptions that disregard the humanity of field, water, forest and native people. It criticizes the colonizing and/or capitalist pedagogical paradigm of the human/inhuman as well as a way of expropriating the rights, territory and culture of these peoples. In this context, it brings the experiences of the Field Education Course at the Federal University of Pampa, Unipampa, located in Dom Pedrito, in the Rio Grande do Sul Campanha Gaúcha, a region marked by the presence of large estates and a large concentration of land. It seeks a dialectical path with social movements and organized groups in the region, learning from them their forms of (re)existence and promoting the opening of academic spaces, so that this knowledge can be presented by its builders and learned by the academy. It searches in the Pedagogy of Rebeldia, which has as its principle the valorization and humanization of these subjects, the recognition of their ways of living, being and being in the world, inspiring the construction of educational actions that oppose agribusiness and capitalism. In this sense, some actions are promoted by the course, with emphasis on the International Meetings of Field People and the creation of the Community Council, thus projecting a new future when establishing the essential link between human formation and the material production of existence in an agroecological formative matrix.

Keywords: Field Education. Social Movements. Pedagogy of Rebeldia. Traditional field people and communities.

Recebido em: 20/10/2021
Aceito para publicação em: 14/12/2021

1 INTRODUÇÃO

A Educação do Campo, ao constituir-se a partir de práticas políticas, culturais, epistêmicas e pedagógicas que têm como protagonistas os povos do campo, das águas, das florestas e povos originários, têm buscado desconstruir as concepções que desconsideram a humanidade destes povos.

Neste ensaio abordaremos as vivências do curso de Educação do Campo - Licenciatura da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), demonstrando como o protagonismo dos povos e comunidades tradicionais, por meio de seus movimentos sociais organizados e dos sujeitos e sujeitas a eles pertencentes, podem re-educar a própria educação.

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO E A DESCONSTRUÇÃO DO MITO DE INFERIORIDADE

O paradigma educacional hegemônico, baseado nos interesses do capital, ignora povos e populações por negar-lhes a humanidade. Esse constructo tenta se legitimar/ se legitima no:

Mito da inferioridade e da deficiência originária de humanidade de povos originários, dos negros e dos trabalhadores do campo, uma vez inferiorizados como povos sem saberes, sem culturas, valores de produtividade. (ARROYO, 2020, p.16).

Na educação e nas escolas rurais, aplicou-se com requinte esse paradigma pedagógico colonizador e/ou capitalista do humano-inumano. Ao expropriar a humanidade desses sujeitos, também são expropriados seus direitos, seus territórios e suas culturas. Revelar o padrão classista, racista e segregador desse paradigma é um dos méritos políticos, éticos, pedagógicos da história da Educação do Campo (ARROYO, 2020).

A Educação do Campo, conceito forjado pela prática social, nomeia um fenômeno da atual realidade brasileira, protagonizado pelos trabalhadores do campo

e suas organizações e projeta um novo futuro quando estabelece o vínculo essencial entre formação humana e produção material da existência. Sua maior contribuição pode vir exatamente de ter de pensar nestes vínculos a partir de uma realidade específica (CALDART, 2012).

A expropriação dos povos originários e dos povos do campo do direito à terra e a sua propriedade, e a consequente caracterização desses sujeitos como seres inumanos, em condições inferiores à humanidade, não pode ser aceita como base de nenhum processo educativo. Em contrapartida, os modos de produção da agricultura camponesa e da agroecologia devem fazer uma contraposição ao agronegócio. Assim, o trabalho coletivo; os projetos educacionais e de produção em áreas de Reforma Agrária; a soberania alimentar; o respeito à natureza; o reconhecimento dos conhecimentos dos povos tradicionais e originários, a valorização de suas práticas e seus saberes, devem ser aspectos preponderantes ao pensarmos em uma Educação *do/no* campo.

Considerar os saberes, vinculados à sua humanidade e à garantia de seus direitos, está intrinsecamente relacionado à luta por uma Educação *do* e no campo. Quando afirmamos o *do*, ressaltamos o protagonismo dos povos do campo, das águas, das florestas e dos povos originários sobre seus processos educativos, que respeitem os tempos, as culturas, as línguas, os hábitos alimentares e os conhecimentos desses povos.

Neste sentido, a Pedagogia da Rebeldia tem como princípio a valorização e humanização desses sujeitos e o reconhecimento de suas formas de viver, ser e estar no mundo, servindo de referencial para construção de ações educativas que se contraponham ao agronegócio e ao capitalismo. O reconhecimento desses saberes e práticas de resistências auxiliam no despertar de uma ação rebelde e transformadora (FREIRE, 2019).

Políticas de retrocesso, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Resolução CNE 02/2019 do Conselho Nacional de Educação (CNE), denominadas pelo estado de modernização do ensino, trazem consigo o engessamento e padronização curricular, desvalorizando cada vez mais esses conhecimentos.

Contrapor-se desde as políticas públicas até o caráter elitista das universidades e aprender com os movimentos sociais é importante e necessário para que os cursos de Licenciatura em Educação do Campo sejam por eles reeducados.

3 EDUCAÇÃO DO CAMPO SOB PROTAGONISMO DOS POVOS, COMUNIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS

Nos últimos anos houve alguns avanços e conquistas, especialmente no que tange às políticas públicas. Certamente, isso deve-se a organização dos movimentos sociais do campo, dos indígenas, dos quilombolas e dos demais desumanizados pela exploração, desde a colonização, escravidão, até o capitalismo. Qualquer iniciativa denominada de Educação do Campo deve estar disposta a aprender com esses grupos.

Por meio das lutas e conquistas desses grupos sociais organizados, no cenário pertinente à expansão das políticas públicas para formação de educadores do campo, no ano de 2014, foi criado o Curso de Educação do Campo no campus Dom Pedrito da UNIPAMPA. E é desse lugar de formadores de educadores do campo, em uma área marcada pela presença de latifúndios e de grande concentração fundiária que escrevemos. Em grande parte do Pampa gaúcho, ocorre o avanço de áreas ocupadas pelo agronegócio, seja por meio da monocultura de soja, da pecuária extensiva ou da mineração. Essa expansão promovida pelo capital, culmina com a expropriação de pequenos produtores, de indígenas, quilombolas e outros povos de seus territórios, suas culturas e modos de vida, historicamente empurrados para condições adversas de sobrevivência.

Na Educação do Campo, buscamos um percurso dialético com os movimentos sociais e os grupos organizados da nossa região, aprendendo com os mesmos suas formas de (re)existências e promovendo a abertura dos espaços acadêmicos universitários para que esses conhecimentos possam ser apresentados pelos seus construtores e aprendidos pela academia. Desta forma, os movimentos sociais educam a universidade ao reafirmar suas identidades e humanidade, bem

como a importância de suas vozes e conhecimentos.

A partir dessas relações, estabelecemos alguns vínculos e parcerias com organizações sociais que ocupam e dão vida a esta vasta e diversa região. Buscamos reconhecer os povos e comunidades que compõem o Pampa gaúcho, que há anos constroem a educação do campo neste território. Por meio de nossas ações e, principalmente, pela participação de estudantes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, que atuam como lideranças em comunidades quilombolas, indígenas, em assentamentos da reforma agrária e/ou em outros espaços de educação popular, algumas cooperações são fortalecidas.

A Revista Pampa, é aqui que a gente vive! elaborada pelo Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa e pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD), reimpressa com apoio do Curso, é uma iniciativa que visa contribuir para ampliar o conhecimento sobre a sociobiodiversidade do Bioma Pampa. Essa publicação reafirma a importância e visibiliza os sujeitos e as sujeitas da pampa. Esses grupos - pescadores artesanais, povo cigano, povo pomerano, povos de terreiro, povos indígenas, benzedeiros e benzedoras, assentados da Reforma Agrária, pecuaristas e agricultores familiares - educam a universidade sobre o respeito a natureza e por todas as formas de vida, sobre os cuidados que devemos ter com o solo e com as águas, evitando desperdícios e contaminações acarretadas pela mineração e/ou uso de agrotóxicos (AIRES; MAZURANA; WITT, 2019).

Esse modo dialético de pensar a atuação do curso de Licenciatura em Educação do Campo se firma na aprendizagem com os movimentos sociais e grupos organizados e no repensar sobre o papel das universidades públicas, espaço até então prioritariamente ocupado pelas elites. Enquanto educadores, atuantes em um espaço acadêmico público, constitui-se nossa responsabilidade promover esse diálogo com os movimentos sociais e a abertura cada vez maior do espaço universitário para aqueles que foram historicamente excluídos dele. Neste sentido, algumas ações são promovidas pelo curso, com destaque aos Encontros Internacionais dos Povos do Campo e a criação do Conselho Comunitário.

Os Encontros Internacionais dos Povos do Campo, realizados nos anos de
Revista Lex Cult, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 177-185, jan./abr. 2022.

2019 e 2020 (pré-pandemia), frutos da ampliação do I Encontro da Juventude Quilombola, realizado em 2018, constituíram-se em acampamentos, rodas de conversas, oficinas, sessões de cinema, cozinha campeira, carijós (produção artesanal de erva mate ensinada pelo povo Guarani) e atividades culturais, que foram realizados no espaço do campus. Esses eventos foram construídos de maneira coletiva e articulada com lideranças quilombolas e estudantis e com a parceria do Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa, na tentativa de centralizar a programação nos saberes e práticas tradicionais e nas demandas dos grupos participantes. Essas ações ocuparam o campus com os viventes da pampa e seus conhecimentos, práticas e vivências, exigindo uma universidade pública para todas e todos.

Neste processo que se organiza em uma grande roda auto-gestionada, os participantes registram suas impressões e expectativas a respeito das discussões que aconteceram no evento, por meio de Cartas Documentos. Essas Cartas trazem para a universidade a história das demandas, organizações e lutas desses sujeitos. Não basta aos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo ouvir essas demandas e valorizar esses conhecimentos, é imprescindível que essas discussões impactem na (re)elaboração do currículo, nas práticas pedagógicas e na gestão administrativa e democrática dos cursos. Baseados nessa concepção, temos buscado cada vez mais o protagonismo direto dos povos, comunidades e movimentos do campo no sentido de re-educar a Universidade.

O Conselho Comunitário, espaço construído a partir do compromisso do curso com os movimentos sociais que lutaram e respaldaram sua criação, tem como objetivo garantir a gestão democrática dos espaços educacionais da universidade, a fim de criar canais capazes de consolidar a participação ativa das comunidades na definição das diretrizes de atuação do curso de Educação do Campo e da própria Unipampa.

É o protagonismo dos povos, comunidades e movimentos do campo que questionam a universidade sobre o seu lugar e o seu papel na sociedade que tornam vivo o conceito de Pedagogia da Rebelião, aprendido com os povos do

campo, das águas e das florestas e povos originários e tão bem expresso na fala da liderança quilombola que em reunião do Conselho Comunitário, ao apresentar algumas questões para reflexão coletiva, indaga:

Quais os compromissos da Universidade com as comunidades quilombolas e de outros segmentos? Qual a política da Universidade que seja concreta para as comunidades quilombolas? De que maneira a Universidade vai devolver para a comunidade o conhecimento adquirido? [encerrou afirmando que] “o conhecimento é como um jardim, se não for cultivado não pode ser colhido”.⁵

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: EDUCAÇÃO DO CAMPO E OS DESAFIOS PERMANENTES

Dentre as múltiplas consequências da colonização presentes na sociedade brasileira a mais grave é o não-reconhecimento da humanidade dos pobres, dado ser a base fundamental de todas as outras (desigualdade social, econômica, racial e de gênero; a legitimação da exploração dos homens/mulheres e da natureza pelo capital; o patriarcado; diferentes formas de violência e de intolerância; o racismo, entres outras). Desta forma, a todos aqueles que sempre foram violentados pelo projeto de sociedade desenhado pelos colonizadores, o espaço hierárquico máximo que conseguem ocupar em termos de reconhecimento de sua humanidade é o de força-de-trabalho. (MALDONADO-TORRES, 2012).

Neste sentido, quando se tratam de políticas públicas dedicadas àqueles considerados estes “não-humanos”, surgem duas diretrizes: “adestrá-los” para a vida em sociedade, papel que sempre foi compartilhado pelas forças de (in)segurança pública e pela escola, bem como “prepará-los” de forma subordinada para o trabalho, incumbência das escolas. Em resposta a essas políticas os movimentos sociais ganham cada vez maior visibilidade lutando pela garantia de seus direitos.

Reafirmamos a urgência de que a universidade se articule cada vez mais em torno dos movimentos sociais, engajando-se em suas lutas e criando cada vez mais

⁵Trecho transcrito da Assembleia do Conselho Comunitário do Curso de Educação do Campo - realizada em meio virtual em 28 de abril de 2021, com a participação de cerca de cem pessoas representando movimentos sociais, escolas do campo, povos e comunidades tradicionais, estudantes e professores do Curso de Educação do Campo, Reitoria e Pró-Reitorias da UNIPAMPA. Revista Lex Cult, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 177-185, jan./abr. 2022.

espaços a partir dos quais possa ser por eles educada. A partir da educação, em suas diferentes matrizes formativas e epistêmicas, se pode construir esse percurso formativo agroecológico - tão caro aos movimentos sociais que deram vida à Educação do Campo - capaz de permitir a superação do capitalismo e a construção de uma sociedade diversa, democrática e justa ambiental e socialmente.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Memórias de Educação do Campo. *In*: SANTOS, Clarice Aparecida dos; KOLLING, Edgar Jorge; ROCHA, Eliene Novaes; MOLINA, Mônica Castagna; CALDART, Roseli Salete (org.). **Dossiê Educação do Campo: documentos 1998-2018**. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020. p.11-29.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel, ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 257-265.

AIRES, Nástia Ceci Manetzeder; MAZURANA, Juliana; WITT, Julia Rovená. Pampa, é aqui que a gente vive! **Fundação Luterana de Diaconia**, Porto Alegre, v. 2, 2019. Disponível em:
<https://comitepampa.com.br/publicacao/pampa-e-aqui-que-a-gente-vive/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 71. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 71-114, 01 out. 2012. Disponível em:
<http://journals.openedition.org/rccs/695>. Acesso em: 21 set. 2021.